


JOHN MAYNARD KEYNES E ÉTIENNE MANTOUX: DEDUÇÕES DIVERGENTES SOBRE O TRATADO DE VERSALHES¹

JOHN MAYNARD KEYNES AND ÉTIENNE MANTOUX: DIVERGENT DEDUCTIONS ON THE TREATY OF VERSAILLES

Arthur Osvaldo Colombo


 <http://lattes.cnpq.br/1191349622949044>

 <https://orcid.org/0000-0002-1128-9140>

Doutorando em Economia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ

Diego Gonçalves Favorato

 <http://lattes.cnpq.br/4272107791809577>

 <https://orcid.org/0000-0001-7106-5408>

Mestre em Economia pela Universidade Federal do Espírito Santo – UFES.

Resumo:

O objetivo deste artigo é analisar duas visões distintas e em diferentes momentos sobre um mesmo acontecimento histórico: o Tratado de Versalhes, acompanhado de suas repercussões econômicas e políticas. Keynes, ao participar das negociações do Tratado, em 1919, publica ‘As Consequências Econômicas da Paz’ argumentando que a Alemanha não teria condições de pagar todas as dívidas impostas a ela e que, ao fazê-lo, levaria não só a Alemanha como toda Europa a um processo de crise econômica. Mantoux, em 1946, afirma que a Alemanha poderia ter arcado com os custos de guerra e só não o fez porque Keynes conseguiu influenciar os membros dos países com seus argumentos, enquanto a Alemanha começava seu processo de rearmamento. Através de uma ampla análise dos livros de Keynes e Mantoux, assim de como de outros pesquisadores que se debruçaram sobre o tema, foi possível concluir que ambos os autores apresentam seus respectivos pontos de vista com um robusto embasamento teórico, no entanto a diferença temporal de quase três décadas nos impede afirmar com precisão qual das duas obras é mais completa e coerente com os fatos históricos. A partir de disso, concluímos que ambas as obras apresentam contribuições complementares e não excludentes entre si.

Palavras-chave: Primeira Guerra Mundial; Tratado de Versalhes; Reparações de Guerra; John Maynard Keynes; Étienne Mantoux.

Abstract:

The objective of this article is to analyze the Treaty of Versailles, along with its economic and political repercussions, from two distinct viewpoints and two different historical periods. While participating in the Treaty negotiations, Keynes publishes “The Economic Consequences of the Peace”, in 1919, arguing that Germany wouldn’t have the conditions to pay off all its debt, and if it did, it would walk towards a process of Economic crisis and take the entirety of Europe along. In 1946, Mantoux states that Germany could have afforded to pay the war costs, and it was only prevented from doing so by the influence of Keynes’s arguments on the members of the countries, while Germany initiated its rearmament process. Through a wide analysis of the books by Keynes and Mantoux, as well as by other researchers who have studied the topic, it was possible to conclude that both authors present their points of view with a robust theoretical basis, however the time difference of almost three decades prevent us from accurately stating which of the two works is more complete and consistent with historical facts. From this we conclude that both works offer complementary and not exclusive to each other.

Keywords: World War I, Treaty of Versailles, War Reparations; John Maynard Keynes; Étienne Mantoux.

¹ Uma versão anterior deste artigo foi publicada nos Anais do XII Encontro Internacional da Associação Keynesiana Brasileira, realizado no Instituto de Economia da UNICAMP em agosto de 2019 (FAVORATO; COLOMBO, 2019).

Introdução

O período que sucede a Primeira Grande Guerra por muitas vezes foi objeto de estudo justamente por ser um período de acontecimentos fervorosos seja no campo político, econômico, financeiro, entre outros. Um dos grandes acontecimentos desta época, que certamente influenciou a trajetória da história na Europa e no mundo, foi a elaboração do Tratado de Versalhes.²

Dentre o grupo de pensadores que criticou a maneira como o Tratado foi elaborado, o nome de John Maynard Keynes ganhou notoriedade com seu livro *As Consequências Econômicas da Paz*, lançado em 1919.³ Keynes descreve em seu livro que o Tratado, como foi proposto em 1919, forçava a Alemanha a pagar reparações de guerra das quais não tinha a menor possibilidade de cumprir, sendo que, da forma em que estava redigido, o principal objetivo do acordo era destruir a economia alemã, ou seja, enfraquecer a nação germânica que fora uma grande potência industrial, destituindo-a de suas colônias e de vários territórios ricos em matérias primas essenciais para o desenvolvimento da indústria. Um dos principais culpados pela elaboração dessa espécie de paz cartaginesa seria o ministro francês Georges Clemenceau, que fez o máximo para prejudicar a Alemanha e deixar o país o mais débil possível, praticamente culpando única e exclusivamente os alemães pela guerra e, portanto, sendo desta nação a responsabilidade de arcar com todos os custos causados pelo confronto (KEYNES, 2002).

Embora o sucesso do livro de Keynes fosse notório, nem todos compartilhavam de sua opinião como, por exemplo, o francês Étienne Mantoux que criticou duramente a influência keynesiana e escreveu seu livro *A Paz Cartaginesa – ou as Consequências Econômicas do Sr. Keynes*, lançado em 1946, justamente para contrapor as teorias e dados apresentados por Keynes. Mantoux defende em seu livro que considerar o Tratado uma forma de enfraquecer a Alemanha não passava de um vultoso exagero e, analisando os dados, conclui que dada a recuperação econômica e o nível de atividade atingido pela Alemanha nas décadas de 1920 e

²Em 1918 chegou ao fim a Primeira Guerra Mundial, onde a Alemanha, percebendo sua derrota inevitável, concordou em elaborar um tratado de paz com os países vitoriosos (EUA, Inglaterra e França). A partir disso houve várias conferências, durante meses, até que se chegasse ao resultado final em Versalhes. A despeito de todo tempo e meticulosidade utilizados na elaboração do tratado o resultado final passou longe de agradar as nações que estavam envolvidas em sua elaboração.

³ Keynes foi um dos integrantes da comissão britânica durante a elaboração, o que lhe proporcionou proximidade das negociações para sua inferência a respeito do processo.

1930, seria completamente possível o pagamento dos valores estipulados pelo Tratado de Versalhes (MANTOUX⁴, 1946).

Partindo desse antagonismo entre as visões de Keynes e Mantoux, o presente trabalho tem como objetivo fazer uma análise de ambas as obras, demonstrando quais são os principais pontos elucidados por cada autor assim como suas respectivas conclusões acerca do Tratado de Versalhes, demonstrando quais são os pontos fortes que cada um coloca para corroborar sua teoria.

De um lado mostra-se o poder da análise keynesiana que em diversos aspectos conseguiu elaborar previsões que chegaram próximo do que veio a acontecer de fato décadas depois a respeito da capacidade da Alemanha em arcar com os pagamentos estipulados em Versalhes. Já de outro se mostra o contraponto feito por Mantoux que elucida a forte recuperação alemã que em tese seria suficiente para arcar com uma parcela bem maior dos pagamentos que de fato foi efetuada pela nação germânica.

Portanto, de um lado serão analisadas as percepções trazidas por Keynes das quais o autor utilizou-se para embasar suas previsões acerca da capacidade de pagamento das reparações de guerra por parte Alemanha e do outro a análise de Mantoux que ocorreu *a posteriori*, já com os dados reais, possibilitando uma análise distinta. Além disso, serão apresentadas as repercussões de ambos os trabalhos, mostrando a aceitação que as teorias descritas tiveram, ilustrando qual foi o impacto que as ideias de Keynes e Mantoux tiveram não só no meio acadêmico.

1. Keynes e os Limites da Paz: O Tratado de Versalhes

No dia 11 de novembro de 1918, assinado o armistício entre os países, teve fim a Primeira Guerra Mundial. Deste dia em diante foi decidido que seria necessário fazer um tratado mais amplo, que envolvesse tanto pontos econômicos quanto políticos. Para isso foram feitas inúmeras conferências sendo a última realizada em 28 de junho de 1919, ou seja, sete meses de negociações até chegar ao tratado definitivo conhecido como Tratado de Versalhes. John Maynard Keynes foi um dos integrantes da comissão britânica onde acompanhou a elaboração do Tratado, resultando em um dos seus livros mais importantes (KEYNES, 2002). No início, o que se esperava no mundo e principalmente na Europa era que o acordo levasse os países para uma nova era, onde a paz fosse reestabelecida e, com isso, aos

⁴ Toda citação de Mantoux (1946) refere-se ao autor Étienne Mantoux e seu livro *The Carthaginian Peace – or The Economic Consequences of Mr. Keynes*. A citação Mantoux (b) refere-se a seu pai, o historiador Paul Mantoux.

poucos, a recuperação econômica dos países viesse a acontecer, superando os horrores e atrocidades ocorridos com a guerra. Não foi o que ocorreu.

Keynes (2002) fez uma análise das características psicológicas e de posicionamento de cada um dos quatro grandes representantes nas conferências⁵, justamente porque, segundo ele, as especificidades dos representantes de cada nação e o modo como se expressaram durante as conferências influenciou fortemente os resultados que foram impostos à Alemanha pelo Tratado. Clemenceau, líder francês nas reuniões, foi o mais criticado por Keynes nesta análise.⁶ A grande esperança dos derrotados na guerra e também por boa parte dos vitoriosos era a presença do presidente americano Woodrow Wilson. O presidente vinha pessoalmente para garantir uma paz “justa e magnânima”, sendo que foi neste intuito que a Alemanha se rendeu esperando um pacto justo e, na medida do possível, “amigável”.

Durante as primeiras reuniões já se demonstrava que o personagem criado na mente dos europeus nunca existiu, de fato. Wilson teve grande dificuldade de explicar como os pontos propostos por ele seriam colocados em prática, se tornando um discurso que habitava no “campo das ideias” (KEYNES, 2002)⁷. Apesar disso, Keynes (2002) reconhecia que os 14 pontos como estavam inicialmente permitiriam uma paz justa, porém, utilizando as palavras do próprio autor “o tratado se perdeu no pântano de Paris” (KEYNES, 2002, p. 42), obviamente fazendo uma dura crítica a Clemenceau que utilizou de todos os meios possíveis para distorcer suas ideias iniciais. O presidente americano tinha dificuldade de acompanhar as discussões e os pontos colocados pelos outros representantes e foi pouco a pouco influenciado pelo discurso francês.

Assim, Wilson foi cedendo à eloquência do estadista francês no decorrer das negociações, até mesmo o ponto a respeito das pensões de guerra, que era considerando por

5 David Lloyd George (Inglaterra), Woodrow Wilson (Estado Unidos), Georges Clemenceau (França) e Ulrich von Brockdorff-Rantzau (Alemanha).

6 Segundo Keynes, Clemenceau tinha uma postura extrema nos pontos que colocava, não exatamente na eloquência com que as dizia, mas na intensidade dos pontos. Era evidente um rancor intenso com relação à Alemanha por parte dos franceses, e o maior objetivo para esta conferência seria prejudica-los o quanto fosse possível, impondo pontos que deixariam a nação germânica frágil tanto política quanto economicamente, ou seja, buscando enfraquecer um inimigo. O objetivo por parte de Clemenceau era “enterrar” a Alemanha; o estadista francês não acreditava em uma nova ordem mundial marcada pela paz, pensando que em um período não muito distante haveria mais confrontos, portanto, teria que se aproveitar do momento (França vitoriosa) para usufruir o máximo possível. O nacionalismo, assim como a experiência e o bom preparo do líder francês, foram decisivos na conferência e certamente influenciaram no seu resultado. O equilíbrio de poder regido por nacionalidade e fronteiras parecia ser o mais importante, o que na verdade estava longe do ideal em termos de um resultado propício para uma paz duradoura e recuperação para todas as nações tanto vitoriosas quanto derrotadas (KEYNES, 2002).

7 A ideia inicial de Wilson era promover um acordo de paz que funcionasse de maneira oposta ao estilo cartaginês, ou seja, uma paz que não incumbisse em pura retaliação das nações vitoriosas. Porém, vários pontos sofreram críticas duras, pois, na verdade, não passavam de truismos

muitos como um absurdo, acabou tendo o consentimento do presidente Wilson. Esse ponto do acordo colocava a Alemanha como responsável a pagar por pensões e indenizações militares, ou seja, todo esse gasto social das nações aliadas seria incumbido à Alemanha o que aumentava drasticamente o valor final a ser pago, o que geraria uma incapacidade por parte da nação germânica em honrar o acordo no futuro (ABREU, 2002). Aproximando-se do final do acordo, após mais de cinco meses de negociações, o ministro Lloyd George, representante da Inglaterra, percebeu que as reparações haviam tomado um rumo completamente distinto do que deveriam e as imposições colocadas à Alemanha eram excessivas e naquele momento já não seria mais possível alterar o pensamento do presidente Wilson que acreditava ter ajudado a criar um pacto justo e progressivo. O ministro alemão Brockdorff-Rantzau estava praticamente aterrorizado com o resultado obtido ao final do Tratado, justamente porque a Alemanha havia deixado as armas com a promessa de que sua nação teria “certas garantias”, contudo, em vários pontos o Tratado não atendia a nenhum tipo de ressalva, pois queriam cobrar todas as dívidas, inclusive as dos outros países aliados da Alemanha.

Antes da Primeira Grande Guerra, observa-se que a maior parte do Produto Interno Bruto (PIB) da Alemanha originava-se de três grandes fontes: *i*) rendimentos obtidos a partir de suas colônias englobando investimentos estrangeiros, propriedades privadas nas colônias e marinha mercante; *ii*) rendimentos obtidos pela exploração de carvão e minério de ferro assim como as indústrias dependentes desses produtos; e *iii*) seu sistema tarifário e transportes. Observa-se que o Tratado como foi proposto na sua forma final tinha como objetivo a “destruição sistemática de todos os três”, sendo que com mais ímpeto os dois primeiros (KEYNES, 2002, p.43).

Para demonstrar como os golpes sofridos pela Alemanha foram incisivos é possível analisar alguns pontos principais do Tratado referente às três fontes citadas anteriormente: em relação à primeira, a Alemanha cedeu seus navios mercantes em sua totalidade, e ficou estipulado que durante um período de cinco anos o país também teria que construir uma quantia de navios para os Aliados⁸. Com isso, o Tratado “neutralizaria” o comércio além-mar da nação germânica. Ainda referente à primeira fonte, o documento estabeleceu que a Alemanha devesse ceder todas as propriedades localizadas em suas colônias, sejam elas propriedades estatais ou privadas, sendo que qualquer tipo de contrato lucrativo ou de direito

⁸ Com “Aliados” leia-se os vitoriosos na guerra: EUA, França, Inglaterra, no geral.

de extração seria transferido para os Aliados. Entretanto, as dívidas realizadas para montar aqueles empreendimentos ainda estariam incumbidas à Alemanha⁹.

Referente à segunda fonte de recursos da Alemanha, o Tratado também era fortemente incisivo; é interessante lembrar que dessas três fontes de recursos, a segunda sem dúvidas era a maior e mais importante para a Alemanha. Durante a guerra, a nação germânica causou danos à exploração de carvão francesa, desta forma estipularam que toda a bacia de Sarre deveria passar a ser posse da França sem qualquer tipo de custo e toda a região da Alta Silésia seria cedida à Polônia. Com essas perdas a Alemanha teria uma abrupta redução nas suas reservas de carvão (cerca de um terço), não obstante, ainda seria obrigação dos alemães enviar carregamentos de carvão às nações vitoriosas no montante expresso pela Tabela 1:

Tabela 1: Fornecimento de Carvão Alemão Acordado no Tratado

País	Qtd. Carvão*	Período
França	7	10 anos
Bélgica	8	10 anos
Itália	4,5 até 8,5	10 anos

Fonte: (Keynes, 2002, p. 58. Elaboração própria). * em milhões de toneladas.

Assim, a Alemanha ficaria incumbida de ressarcir aos Aliados cerca de 25 milhões de toneladas de carvão anualmente o que seria uma tarefa extremamente complicada já que com o confisco de Sarre e Alta Silésia a produção de carvão alemã estaria fortemente debilitada. Além disso, a guerra havia causado uma baixa significativa no número de mineiros alemães, o que agravava ainda mais o problema. As cláusulas no Tratado referente ao fornecimento de carvão ocupavam boa parte do acordo justamente porque naquele período a Europa passava por uma grave crise na produção desta matéria prima. Portanto, as nações viam como vital a obtenção deste produto de qualquer maneira possível (KEYNES, 2002).

Mais que carvão, a Alemanha também ficou responsável por ressarcir os Aliados no que diz respeito ao minério de ferro; além de ter uma grande importância pela quantia de carvão, Alsácia-Lorena também era importante para Alemanha porque esta região era responsável por nada menos do que 75% da produção alemã de minério de ferro.¹⁰ Por fim, a terceira fonte de renda alemã ao qual o Tratado estrangulava era a respeito do sistema de

⁹ Lembrando que estas determinações citadas anteriormente eram igualmente válidas para o território da Alsácia-Lorena onde o território passaria a pertencer à França e não mais à Alemanha. Desta feita, os representantes alemães, no geral, afirmaram que o confisco das propriedades privadas poderia repercutir de maneira negativa para todo o mundo onde não seria mais respeitado o princípio da propriedade privada nas mais variadas situações (KEYNES, 2002).

¹⁰ Embora esta matéria prima não fosse tão importante quanto o carvão, esta cláusula do acordo era destrutiva para a Alemanha justamente porque se questionava se a nação germânica seria capaz de recomprar toda essa quantia, tendo em vista todos os outros compromissos que a nação passaria a ter com o Tratado.

tarifas e transportes: por cerca de três anos a Alemanha não poderia cobrar tarifas sobre os produtos dos Aliados e durante cinco anos não poderia cobrar absolutamente nenhuma tarifa de produtos que viriam da região da Alsácia-Lorena, deixando a Alemanha impossibilitada de praticar uma política de cunho protecionista, outro ponto ao qual Keynes discordava completamente:

Essas disposições ferem a autoridade do governo alemão de reduzir esse tipo de consumo, assim como de aumentar a tributação em um período crítico. É um exemplo de cupidez excessiva e despropositada: depois de retirar da Alemanha toda a sua riqueza líquida, e de obrigá-la a pagamentos futuros impossíveis, introduz-se uma norma especial que obriga o país a importar seda e champagne, como nos dias da sua prosperidade (Keynes, 2002, p.70).

Com relação aos transportes, a Alemanha perderia boa parte dos rendimentos provenientes de suas ferrovias, justamente porque com a assinatura do contrato a cobrança com relação a taxas de serviço, fretes e outros serviços teriam que ter seus valores reduzidos substancialmente para favorecer os países Aliados. Ainda assim, a Alemanha deveria ceder cinco mil locomotivas e mais 15 mil vagões, todos em bom estado de uso e com peças de reposição, acarretando grandes complicações no setor de transportes alemão. Além disto, essas restrições se estenderam ao mar, onde a Alemanha perdia os plenos direitos de navegação que antes possuía nos rios Hamburgo, Magdeburgo, Dresden, Stettin, Frankfurt, Breslau e Ulm; todos a partir da assinatura do Tratado passam a estar sob uma jurisdição estrangeira na qual a Alemanha deveria prestar contas e pagar tarifas (KEYNES, 2002).

2. A inferência de Keynes - Análise em Termos Pecuniários

Como é notório, Keynes (2002) se mostrou descontente com os termos impostos pelo Tratado referente às transferências de produtos (minérios) e demais materiais; referente às transferências em termos pecuniários, a análise não muda de direção. Primeiramente, se percebe que em nenhum momento do Tratado se especifica exatamente quanto a Alemanha terá que pagar no total pelas reparações, o que complica os dois lados, sendo que os alemães ficam sem ter a noção exata do quanto terão que ressarcir em sua totalidade e os Aliados não sabem exatamente o quanto têm que cobrar. Contudo, essa pode ter sido uma “estratégia” por parte dos Aliados, justamente para conter os ânimos das populações. Se um valor muito baixo fosse estabelecido como soma final haveria o sentimento de que os danos com a guerra não foram reparados, porém, se fossem muito elevados, a Alemanha certamente não os cumpriria o que também abriria espaço para amplas críticas a respeito do acordo.

O Tratado incumbia à Alemanha transferir até meados de 1921 uma quantia de cerca de um bilhão de libras para os Aliados, ou seja, uma quantia extremamente alta. Para requerer um valor de tal magnitude seria necessário analisar as condições de liquidez na qual se encontrava a Alemanha no momento da assinatura do acordo. A Tabela 2 ajuda a entender a real situação:

Tabela 2: Riquezas de Alta Liquidez em Posse da Alemanha (milhões de libras¹¹)

Metais	Títulos	Navios	Total
60	175	120	355

Fonte: Keynes, 2002, p.124. Elaboração própria.

Levando em consideração os números mostrados pela Tabela 2, a estimativa é que a Alemanha dispunha de um valor entre 250 a 360 milhões de libras, portanto, esperar uma quantia de um bilhão de libras era completamente fora da realidade na concepção de Keynes. Esta estimativa acabou sendo muito próxima do que aconteceu de fato: em maio de 1921 a Alemanha pagou 8 bilhões de marcos ouro (cerca de 400 milhões de libras) e isso representava um intenso esforço por parte da Alemanha, justamente porque este valor correspondia a 20% de sua renda nacional (ABREU, 2002).¹²

Outro ponto que o autor coloca em pauta é a responsabilidade da Alemanha com o feito dos seus aliados durante a guerra, justamente porque colocar nas contas da Alemanha todos os danos causados por Áustria-Hungria, Bulgária e Turquia não era algo prudente justamente porque reforçava a dura ideia de que a Alemanha era a grande “culpada” pelo conflito e assim deveria ressarcir de maneira total os países vitoriosos; seria mais plausível colocar nas reparações apenas o que a Alemanha tivesse causado. Como já mencionado anteriormente, o Tratado incumbiu à Alemanha pagar até mesmo as pensões e indenizações de guerra, o que em valores discriminados por nação se apresentavam no seguinte montante:

Tabela 3: Pensões e Indenizações

País	Valor*
Inglaterra	1400
França	2400
Itália	500
Outros	700

¹¹ Valor aproximado. Keynes enfatiza a dificuldade de se calcular os valores exatos, principalmente no que se refere ao montante em títulos estrangeiros.

¹² Sem dúvidas esses números corroboram com a análise de Keynes no sentido em que o Tratado acabou impondo valores absurdos à Alemanha, 40% do que estava imposto (os 400 milhões de libras) já representavam um esforço expressivo por parte dos alemães, portanto o valor em sua totalidade estava completamente passível de críticas, como, por exemplo, de ser ilusório.

Total: 5000

Fonte: (Keynes, 2002, p. 109). Elaboração própria. *em milhões de libras.

Dentre todas as críticas, essa foi a maior que o Tratado recebeu. Adicionar às reparações de guerra o item ‘pensões e indenizações’ praticamente dobrava o valor global a ser pago pela Alemanha, o que chegava aproximadamente à exorbitante cifra de 8 bilhões de libras. Percebe-se que levando em consideração todos os meios de pagamentos disponíveis por parte da Alemanha, sua capacidade seria de pagar cerca de dois bilhões de libras, porém, os dados mostram que somente o valor referente às indenizações e pensões representavam mais do que o dobro dessa quantia.

Não obstante, Keynes (2002) também colocava que para o acordo auxiliar a todos os países envolvidos no conflito, seria necessário o cancelamento das dívidas interaliadas. Claro que alguns países não achariam esta proposta atrativa, principalmente os EUA (KEYNES, 2002)¹³ que deixariam de receber por volta de dois bilhões de libras; 900 milhões seria a perda da Inglaterra.¹⁴ (KEYNES, 2002). França e Itália seriam altamente beneficiadas sendo, respectivamente, 800 e 570 milhões de libras que seriam perdoados, além disso, também seria necessária, na visão do autor, uma ampla disponibilidade de crédito por parte dos EUA, que serviria para restabelecer o sistema financeiro europeu que se encontrava em sua grande maioria à beira da ruína. Após terem sido expostos os termos do Tratado, a Alemanha colocou em pauta sua contraproposta onde criticava vários pontos, principalmente a obrigação de abandonar suas colônias, e propondo-se a pagar cerca 1,5 bilhão de libras pelas reparações. Contudo, esta contraproposta não foi aceita por nenhuma das partes e o único afrouxamento obtido por parte dos alemães foi a possibilidade de renegociar alguns valores impostos pelo Tratado; em termos qualitativos o acordo não sofreria absolutamente nenhuma alteração.

Após uma série de negociações que aconteceram posteriormente ao Tratado, chegou-se a um valor total acordado: 6,4 bilhões de libras. Fatores e crises internas como a hiperinflação vivida pelos alemães¹⁵ foram atenuantes para que a reparações não fossem pagas no valor acordado. Assim, entre 1918 e 1931, a Alemanha conseguiu pagar cerca de 1,2 bilhões de libras, ou seja, menos de 20% do montante que havia sido acordado, o que mostrava a fragilidade do Tratado:

13 O presidente Wilson negou esse pedido durante a formulação do Tratado assim como o programa de crédito.

14 É importante lembrar que dos 900 milhões que a Inglaterra já tinha levado um “calote”, 570 milhões é justamente por ter emprestado este valor à União Soviética.

15 Ver SARTÓRIO, 2019, pp. 82 -91.

O Tratado de Paz não contém qualquer disposição orientada para a reabilitação econômica da Europa - nada que transforme as Potências Centrais derrotadas em bons vizinhos, nada que permita dar estabilidade aos novos Estados europeus, nada para salvar a Rússia; não promove de nenhuma forma um pacto de solidariedade econômica entre os próprios aliados. Em Paris nada se fez para restaurar as finanças desordenadas da França e da Itália, ou para ajustar os sistemas do Velho e do Novo Mundo. O Conselho dos Quatro não se preocupou com esses temas, mas sim com outros - Clemenceau queria esmagar a economia do inimigo, Lloyd George conseguir um acordo para levar consigo a Londres, e exibi-lo durante uma semana, Wilson nada fazer que não fosse justo e correto. É um fato extraordinário, mas o problema econômico fundamental de uma Europa esfomeada que se desintegrava diante dos seus olhos era a única questão para a qual foi impossível provocar o interesse dos Quatro. As reparações foram sua excursão principal no campo da economia, a ser resolvida como um problema de teologia, de política, de chicana eleitoral - de todos os pontos de vista exceto o do futuro econômico dos Estados cujo destino eles estavam manipulando (Keynes, 2002, p. 157).

A Europa apresentava sérios problemas econômicos e financeiros no pós-guerra e não era o Tratado de Versalhes que iria auxiliar na solução desses problemas. Desta forma, Keynes (2002) propõe o abandono total do chamado *laissez-faire integral*, especificando quatro pontos que deveriam ser atendidos para criar um cenário propício para a desejada recuperação: o primeiro, evidentemente, era a revisão do Tratado de Versalhes - referente a isso, as reparações teriam que alcançar um valor próximo ao que a Alemanha poderia de fato pagar; os pontos referentes ao carvão e ao minério de ferro também deveriam ser mais brandos justamente porque este estava estrangulando o setor industrial dos alemães. Para que fosse reestruturada a questão comercial na Europa seria proveitosa uma área de livre comércio (dentro do continente Europeu); em terceiro lugar, o perdão das dívidas interaliadas e o quarto seria um amplo projeto que contemplasse a disponibilidade de crédito em nível internacional, ou seja, uma socialização do crédito principalmente com intuito de investimento.

Keynes enfatizava que naquele momento a Europa dificilmente conseguiria sair daquela crise sem a ajuda dos EUA e era necessário que, além do perdão de dívidas, também ocorresse novas condições de financiamento, ou seja, os Estados intervindo de forma direta na economia para combater o problema da insuficiência de demanda efetiva (KEYNES, 2002)¹⁶.

3. Mantoux e a Crítica das Teses Keynesianas

Que As Consequências Econômicas da Paz obteve grande sucesso tanto de público quanto por parte dos economistas, não há de se duvidar; o fato, agora, é mostrar outro ponto de vista. Ponto este que surgiu cerca de 25 anos depois do lançamento d'*As Consequências*, por um jovem economista francês chamado Étienne Mantoux. Filho do historiador Paul

¹⁶ O conceito de demanda efetiva só apareceu posteriormente quando o autor publicou seu livro de maior expressão *A Teoria Geral do Emprego Juro e Moeda (1936)*, porém, já se notava uma introdução à teoria em *As Consequências Econômicas da Paz (1919)*.

Mantoux, Étienne nasceu em Paris, em fevereiro de 1913. Por conta do trabalho de seu pai, professor na Universidade de Londres, foi educado tanto em francês quanto em inglês. Quando lhe ensinaram o alfabeto, ele não esperava por uma explicação da diferença entre a ortografia francesa e inglesa, começou a ler indiscriminadamente em qualquer das línguas (MANTOUX (b), 1946, p. 9 tradução nossa)¹⁷.

Durante o primeiro ano da Segunda Guerra Mundial, Mantoux serviu a Força Aérea Francesa como oficial de observação de fronteira, em Sarre. Durante o ano de 1940 passou alguns meses em Lyons, onde escreveu sua tese de doutorado sobre a teoria monetária da poupança forçada. Em julho de 1941, graças à concessão de uma bolsa de estudos pelo Instituto Rockefeller, conseguiu partir para os Estados Unidos e realizar pesquisas nos documentos originais do Instituto de Estudos Avançados em Princeton, Nova Jersey. O resultado desse estudo acabou sendo a obra de sua vida, intitulada *The Carthaginian Peace – or The Economic Consequences of Mr. Keynes* (A Paz Cartaginesa – ou as Consequências Econômicas do Sr. Keynes, tradução nossa)¹⁸.

O autor faz questão de ressaltar que sua análise tem relevância imediata para o presente em que está inserido, ou seja, a Segunda Guerra Mundial; faz isso trazendo Winston Churchill à tona: “[...] como o Senhor Churchill repetidas vezes nos lembrou, quanto mais tempo você passa olhando o passado, mais longe você pode olhar para frente” (MANTOUX, 1946, p. 15, tradução nossa).

Keynes (2002, pp. 26-42) trouxe para seus contemporâneos uma “história fascinante e altamente sensacional” da Conferência de Paz de 1918-19. Era um “pântano”, uma “cena frívola”; os perpetradores da paz de uma “vazia e ávida intriga”; Wilson “um cego e surdo Don Quixote”, “enganado” por “Lloyd George (o hipócrita) e Clemenceau (o reacionário)”; o Tratado desonroso carregado de “insinceridade”, “ganância implacável”, “opressão e rapina”, etc. A “paz cartaginesa” foi apresentada como uma violação à autodeterminação democrática e o desenho fronteiriço economicamente sólido, como uma tentativa desumana e impraticável de “escravizar” os alemães, ruínosa para eles, bem como para o resto da Europa. Era Keynes,

¹⁷ Seus anos escolares foram ocupados principalmente entre Paris e Genebra. Formou-se na Universidade de Paris, na Faculdade de Ciências Políticas, pois almejava uma carreira no serviço público francês, porém, sentiu-se atraído pelo estudo das ciências econômicas e com isso conseguiu uma bolsa de pesquisa na London School of Economics entre 1935-36. Lá, atuou principalmente sob a tutela do professor Lionel Robbins. Durante os anos 1930 também visitou os Estados Unidos, Alemanha e União Soviética: ele conhecia bem o alemão e desejava aprofundar seus conhecimentos em russo (MANTOUX (b), 1946).

¹⁸ O subtítulo do livro nos mostra que seu conteúdo traz algo polêmico. Mantoux nos diz em seu prefácio que não é Lorde Keynes de 1944, mas o Sr. Keynes de 1919 que ele está criticando. “O título desse livro não tem nenhum espírito de discórdia para com Barão Keynes. [...] É com as ideias desse autor que o seguinte se refere, e não com a pessoa do presente Lorde Keynes.” (MANTOUX, 1946, p. 15, tradução nossa).

mais do que qualquer outra pessoa, que implantou Versalhes como a origem dos males da Europa (MANTOUX (a), 1946). Deixando claro, a intenção de Mantoux não era de fato atacar o keynesianismo em geral, lembrando que *A Teoria Geral* de Keynes foi lançada em 1936. O alvo de seu ataque consiste apenas em *As Consequências Econômicas da Paz*, obra que desde seu lançamento, em 1919, fez mais do que qualquer outra para levar descrédito ao Tratado de Versalhes. A tal “Paz Cartaginesa”, termo atribuído por Keynes (2002) acerca da paz punitiva imposta à Alemanha, remete em analogia ao poderio militar e naval cartaginês à força militar e continental romana.¹⁹

Primeiramente, a grande crítica de Mantoux (1946) acerca da obra de Keynes é feita através de uma reavaliação incisiva do processo de paz com a Alemanha, desde os dias de pré-armistício até o começo da Segunda Guerra, em 1939. Mantoux (1946) vai mostrar que a crítica de Keynes à Conferência de Paz de Paris decorreu fundamentalmente de sua convicção de que os estadistas que participaram dela colocaram a ênfase no lugar errado e não conseguiram perceber que os problemas mais sérios que reivindicaram sua atenção não eram políticos ou territoriais, mas financeiros e econômicos, e que os perigos do futuro não se enquadrariam em fronteiras ou soberania, mas em alimentos, carvão e transportes.

Havia dois argumentos econômicos distintos na obra de Keynes: *i*) que a transferência da responsabilidade de reparação seria impraticável e falharia devido a uma quebra do mecanismo de divisas; *ii*) que o fardo era excessivo e destruíra a indústria alemã. Contra isso, Mantoux (1946) argumenta que após 1924, a recuperação da indústria alemã foi mais rápida e mais considerável do que Keynes havia antecipado, e que, eventualmente, nos anos 1933-1939, a Alemanha produziu, com o propósito de rearmamento, um excedente de riqueza em excesso do passivo anual que uma liberação total das reparações exigiria. No que diz respeito à recuperação alemã, Mantoux (1946, p. 124) cita a reserva de Keynes de que “se os Aliados ‘cuidassem’ do comércio e indústria da Alemanha por um período de cinco ou dez anos, fornecendo-lhe grandes empréstimos”, etc., uma grande soma poderia ser extraída, “pois a Alemanha é capaz de grande produtividade” e ele comenta: “isso foi quase que precisamente

¹⁹ No caso, Keynes a utiliza para denunciar a emergência da paz a partir da completa destruição do inimigo, com a esterilização da terra na qual ele vive em alusão ao sal jogado sobre as terras de Cartago pelos romanos no final da Terceira Guerra Púnica, além de queimar a cidade toda e matar ou vender a população como escrava. Porém, isso pouco se parece com o Tratado de Versalhes. Talvez Keynes utilizasse outra “Paz Cartaginesa”, a da Segunda Guerra Púnica, onde o tratado de paz que seguiu a batalha de Zama em 202 a.C., em que Cipião derrotou Aníbal. Os romanos apropriaram-se da maioria dos navios de guerra de Cartago, suas posses no exterior e exigiram uma indenização em moeda. Não se sabe qual das duas. O que de fato aconteceu foi Keynes ter acusado várias vezes que os Aliados, e especialmente o primeiro-ministro francês, Georges Clemenceau, queriam impor uma “paz cartaginesa” aos países derrotados, em particular sobre a Alemanha (KIMBALL, 2014; HAWTREY, 1948).

o que os Aliados fizeram”, embora não na escala que Keynes contemplasse. Keynes, ele sugere, poderia ter chegado à opinião de “que a Alemanha se tornou efetivamente a maior nação industrial da Europa porque os Aliados haviam deliberadamente aplicado todos os seus recursos e boa vontade para esse propósito” (MANTOUX, 1946, p. 124).

Mantoux (1946) mostra que Keynes havia previsto um declínio na extração de minério de ferro da Europa (KEYNES, 2002, p. 67), quando, de fato, a extração aumentou quase continuamente, de modo que “em 1929, a Europa extraiu 10% mais ferro do que no ano recorde, 1913” (MANTOUX, 1946, p. 162). Keynes também tinha previsto um declínio na produção de ferro e aço da Alemanha (Keynes, 2002, pp. 65-69), mas em 1927 eram 30% e 38% maior, respectivamente, do que em 1913 (dentro dos mesmos limites territoriais) (MANTOUX, 1946, P. 162). Ele prevê um declínio da eficiência na indústria alemã de mineração de carvão (KEYNES, 2002, pág. 69), mas, em 1929, a eficiência do trabalho foi 30% superior à de 1913 (MANTOUX, 1946, p.192). Keynes também previu que a Alemanha não poderia exportar o carvão no futuro próximo (KEYNES, 2002, p. 62), porém no primeiro ano após o Tratado, as exportações líquidas de carvão na Alemanha foram de 15 milhões de toneladas e em 1926, 35 milhões de toneladas (MANTOUX, 1946, p.163). Ele estimou que a poupança nacional alemã, depois que ela sofreu “o ônus da guerra e da paz [...] será menor do que no passado” (KEYNES, 2002, p. 142). No entanto, até 1925, depósitos bancários cresceram para £ 103 milhões (de £ 84 milhões em 1913) e em 1928 era quase £ 210 milhões. Mais importante ainda, Keynes previu que a Alemanha não podia pagar mais de £400 milhões por ano em reparações nos próximos 30 anos; no entanto, entre 1933 e 1939, a Alemanha ultrapassou sete vezes esse valor em rearmamento (MANTOUX, 1946, p. 163)²⁰.

Quando Keynes previu que as reparações não seriam pagas, e de fato não foram pagas, ele adquiriu uma grande reputação como profeta. Mas deve-se lembrar de que seu próprio livro contribuiu para o fracasso dos Aliados no pagamento exato. Como Mantoux (1946) aponta, Keynes também previu que a Europa seria ameaçada de um processo longo e silencioso de semi-inanição e de uma redução gradual e constante dos padrões de vida e conforto, no entanto, “dez anos após o Tratado, a produção europeia estava bem acima do seu nível anterior à guerra, e na Europa os padrões de vida nunca foram maiores” (MANTOUX, 1946, p. 162). Se a profecia de Keynes sobre o não pagamento das reparações se tornou

²⁰ A justificativa de Keynes era que a carga de cerca de 400 milhões de libras por ano por trinta anos teria privado a vida econômica alemã dos recursos essenciais de desenvolvimento, ou mesmo de manutenção, uma vez que a despesa de capital em melhorias tecnológicas é condição indispensável do poder competitivo. Mantoux aponta que “não teria sido economicamente impossível [exigir pagamentos superiores aos] necessários para manter o capital nacional da Alemanha intacto” (MANTOUX, 1946, p. 112).

realidade, foi em grande parte porque os pagamentos de reparação nunca foram cobrados pelos vencedores da guerra enquanto, por outro lado, eles foram negligenciados pela própria Alemanha. Os pagamentos foram continuamente reduzidos até serem completamente eliminados. Simultaneamente, junto com as concessões aliadas, cresceu o poder do nacionalismo alemão e a força do movimento nazista (HEILPERIN, 1946).

Mantoux (1946) argumenta que a economia alemã durante o período entre guerras refutou Keynes, pois este argumentara que a Alemanha não seria capaz de gerar um excedente de exportação adequado. Ledo engano, pois a partir de 1925, as importações ultrapassaram os números recordes de 1913, e as exportações em 1926 se igualaram e em 1927 ultrapassaram as de 1913 (MANTOUX, 1946, p. 93). Além disso, o grande afluxo de capital para Alemanha nos anos vinte excedeu o total de pagamentos de reparação feitos pelo país ao mesmo tempo; são, respectivamente, 21 bilhões de notas pagas e 35 a 38 bilhões de notas recebidas, entre 1920 e 1931. A crise econômica que Keynes prognosticou veio, mas novamente refutou suas previsões. Não teve nada a ver com reparações; veio depois de uma grande prosperidade que ele não visualizou, e depois como uma crise de superprodução, não como consequência de uma produção desorganizada e reduzida, como ele previu. Os problemas da alimentação, do carvão e dos transportes logo foram superados, mas os "perigos do futuro" cresceram. Keynes não conseguiu entender que a questão básica da paz e da guerra é o problema da nacionalidade, os conflitos territoriais que se criavam numa Europa pressionada pelo pós-guerra (MANTOUX, 1946).

Mantoux usou todos esses números para estimar o efeito sobre a formação líquida de capital da Alemanha antes de 1929 e isso, combinado com o gasto de armas de Hitler, levando à conclusão de que a Alemanha poderia ter pagado facilmente o mais pesado possível das anuidades de reparação de Versalhes, que excederam quatro vezes o que Keynes afirmou que era sua capacidade de pagamento. A Alemanha tirou muito mais capital do exterior do que tinham a pagar, as reparações recebidas são de importação livre de taxas e, como tal, não denunciam o destinatário; a capacidade de pagamento da Alemanha foi totalmente provada pelo fato de sua capacidade de gastar em armamentos a uma taxa mais alta do que nunca foi cobrada a pagar em reparações; que o problema supostamente insolúvel de transferir pagamentos de um país para outro foi resolvido pelos nazistas que anualmente "transferiam" para fora de países ocupados dez vezes a anuidade de reparação (MANTOUX, 1946).

O caso de Mantoux (1946) era que os Aliados estavam em condições de fazer a Alemanha entregar algo maior que seu excedente, mas isso, devido à influência do livro de Keynes, não foi possível fazer. A Alemanha conservou o suficiente de seu superávit, em

primeiro lugar, para conseguir uma recuperação rápida e quase completa e, posteriormente, usar seu renovado poder econômico para subjugar o mundo. O propósito de uma paz cartaginesa teria sido impedir a recuperação industrial da Alemanha, mas, por falta disso, a Alemanha, depois de tudo, se recuperou. “Foi para a próxima geração que o Sr. Keynes dedicou seu livro há vinte e cinco anos. Esta é uma resposta que vem dessa geração” (MANTOUX, 1946, p. 203). Assim escreveu Étienne Mantoux na página final de seu livro, no verão de 1944, antes de retornar ao front de batalha pela Força Aérea Francesa. A polêmica, dita anteriormente, que o subtítulo traz é daquelas que ambos os protagonistas, Mantoux e Keynes, não puderam debater em vida. Mantoux perdeu sua vida lutando contra os nazistas perto de uma vila bávara no Vale do Danúbio, em 29 de abril de 1945. Por conta dos tempos de guerra e das dificuldades que isso traz, não pôde ver seu livro impresso. Keynes, por sua vez, veio a falecer meses antes do lançamento de “Paz Cartaginesa”, na primavera de 1946

4. Duas Visões em Confronto: A Recepção das Obras de Keynes e Mantoux

4.1 A recepção do livro de John Maynard Keynes

O livro de Keynes, *As Consequências Econômicas da Paz* (1919), foi um grande sucesso. A repercussão foi tão intensa que até mesmo autores de posições política e econômica distintas do autor enalteciam sua obra e a utilizaram em certa medida para defender seus ideais (SANTOS, 2008). O livro demonstrava como o Tratado era lesivo para a nação germânica; os nazistas se aproveitaram da situação utilizando destes argumentos para influenciar a população e assim assumir o poder. Era propagada a ideia de que o Tratado de Versalhes era, na verdade, uma traição ao país (FEIJÓ, 2009). Feijó (2009) em sua análise que engloba vários estudiosos do tema dá atenção especial entre a simpatia do Partido Nazista na Alemanha e o receituário keynesiano:

[...] A proximidade entre os economistas do partido nazista e as ideias de Keynes começa com a excelente aceitação, por partes daqueles, das ideias contidas no ensaio *As consequências econômicas da paz*. Mas não param por aí. É bem verdade que a teoria acabada de Keynes somente apareceu em 1936 na ocasião do lançamento da *Teoria Geral do emprego, dos juros e da moeda*. Contudo, o receituário de Keynes a favor de políticas ativas já era conhecido antes da divulgação desta obra. Llewellyn H. Rockwell Junior sustenta a mesma posição quando afirma que “Os economistas de Hitler rejeitavam o *laissez-faire* e admiravam Keynes; até mesmo se anteciparam a ele em diversos sentidos”. (Feijó, 2009, p.247).

É razoável elucidar que o livro de Keynes influenciou análises e as atitudes do banqueiro alemão Hjalmar Schacht que tinha por objetivo acabar com as crises econômicas enfrentadas pela Alemanha. Schacht considerava que o Tratado como foi proposto tornava impossível o pagamento por parte da Alemanha, principalmente levando em consideração o período conturbado vivido pela nação no pós-guerra. Schacht, em várias vezes, auxiliou nas negociações das cifras que envolviam as reparações de guerra, inclusive participando de reuniões com representantes franceses em 1921 para explicar qual era a situação financeira alemã naquele período, comprovando de que não havia possibilidade do povo germânico honrar com o valor imposto inicialmente no Tratado. Em 1923 fez o mesmo em uma reunião com representantes da Inglaterra, afirmando que as reparações nas atuais cifras acentuariam o problema da inflação vivido pelo povo alemão (COUTO, HACKL, 2007). A respeito do que se promulgou nessas reuniões de Couto e Hackl descrevem:

Embora tenha me defrontado ali com uma antipatia geral contra a Alemanha, as conversas, porém, tiveram caráter bastante objetivo e também gentil. A todos os participantes parecia desejável uma retomada dos negócios entre Alemanha e Inglaterra. Além de algumas questões políticas (...) o foco da discussão centrou-se nas reparações. O governo alemão considerava viável uma quantia de no máximo 20 bilhões de marcos”. Os ingleses julgaram a quantia demasiadamente baixa, dado que o Ultimato de Londres estabelecia o valor de 120 bilhões de marcos ouro. Como resposta, o economista alemão disse que era a oferta mais honesta que poderia se oferecer, devido ao cenário atual da economia alemã. Julgava Schacht que esta quantia era possível pagar, sem falsas promessas e comprometimento futuro do país. Nesse mesmo dia, Schacht encontrou-se com o ex-ministro das finanças inglês, o banqueiro Reginald McKenna, que considerou que mesmo os 20 bilhões oferecidos pela Alemanha ainda eram um valor muito alto (COUTO e HACKL, 2007, p. 316).

4.2 A recepção do livro de Étienne Mantoux

No caso do livro de Étienne Mantoux, *A Paz Cartaginesa*, não podemos dizer que obteve o mesmo alcance ou sucesso que o livro de Keynes. Porém, como disse Ensor (1946) na introdução do livro, “esta é uma obra memorial e sua publicação foi feita alguns anos antes de seu autor ser morto”. Ainda segundo Ensor (1946), os vinte e cinco anos que separam as duas obras não foi ao acaso. “[...] dificilmente poderia ter sido feita antes do que foi” (ENSOR, 1946, p. 5), pois alguns eventos aconteceram há pouco tempo, e outros estavam se desenrolando. O distanciamento histórico era necessário.

Embora As Consequências Econômicas da Paz professem a economia em seu próprio título, foi de fato em grande parte um tratado político; [...] Do lado econômico, [Mantoux] teve a vantagem de trabalhar na América, enquanto a América ainda era neutra e as informações econômicas sobre os beligerantes não estavam totalmente confinadas dentro da camisa de força da guerra. Os seus dados econômicos são bem organizados e muito informativos (ENSOR, 1946, p. 6).

O economista húngaro Melchior Palyi teceu alguns elogios ao autor e à obra de Mantoux quando foi lançada. Para ele, Mantoux era um jovem francês “muito erudito, [...] historiador maduro, economista e cientista político, e um escritor excepcionalmente brilhante, que caiu na batalha contra a Alemanha” (PALYI, 1947, p. 330). Acerca da obra, diz que é “Forte e urbano, é um ensaio direto sobre a letra, o espírito e a influência das famosas Consequências Econômicas da Paz (1919) e publicações relacionadas de Keynes” (PALYI, 1947, p. 330). Para ele, Mantoux fez uma abordagem brilhante e generosa, tentando explicar a “consciência do Ocidente, principalmente da França” (PALYI, 1947, p. 333). Ralph George Hawtrey, economista e amigo íntimo de Keynes, diz que o livro de Mantoux “É um apelo poderoso, manipulado com finas habilidades dialéticas e literárias” (HAWTREY, 1948, p. 234). Jacob Viner, economista canadense, aponta que o livro de Mantoux tem uma crítica extremamente criteriosa e detalhada, tanto no sentido técnico quanto no econômico e que com o benefício da perspectiva do tempo, conseguiu provar que os argumentos de Keynes não eram os melhores (VINER, 1947).

Acerca do posicionamento de Mantoux, René Albrecht-Carrié concordou com sua argumentação de que a Alemanha poderia ter pagado os custos de reparação, porém duvidava da viabilidade política em se conseguir isso (ALBRECHT-CARRIÉ, 1953). Para Michael A. Heilperin, o Tratado de Versalhes é “considerado objetivamente como um dos tratados de paz mais moderados da história, perceptivo com a preocupação sobre o problema de ser justo [...] através do prisma deste livro extraordinariamente influente, escrito com raiva e nunca revisado à luz dos eventos subsequentes” (HEILPERIN, 1946, p. 930). Sobre o livro de Mantoux, Heilperin (1946) diz que “pertence a esse campo em que as considerações econômicas e políticas se encontram e se fundem [...] É um livro bem escrito, acadêmico, urbano, ainda difícil” (HEILPERIN, 1946, p. 931)²¹.

Para Larry Lepper, Mantoux apresentou um livro “cuja análise é sistemática e completa, concluindo que os defeitos econômicos do Tratado de Versalhes foram exagerados e ilusórios” (LEPPER, 2012, p. 410). O legado mais útil que Mantoux deixou foi um debate renovado e um conjunto revisado de pontos de vista de meios analíticos para avaliar a veracidade dos números de Keynes (LEPPER, 2012). William Rippard disse que o livro de Mantoux era uma “refutação muito cuidadosa, pensativa e bem informada dos esforços

²¹ Inclui, ainda, um exame de busca de todas as afirmações contidas no trabalho de Keynes e um estudo muito minucioso dos desenvolvimentos do entre guerras, na medida em que se relacionam com os materiais, julgamentos e previsões contidos em no livro de Keynes. “O livro de Mantoux é a primeira tentativa séria e criticamente cuidadosa para reexaminar as Consequências Econômicas da Paz.” (HEILPERIN, 1946, p. 932).

brilantemente bem sucedidos, mas eminentemente injustos, enganosos e supremamente perniciosos de Keynes para desacreditar os tratados de paz de 1919” (RIPPARD, 1946, p. 983) e concluiu que o livro de Mantoux era um “produto do artesanato científico mais minucioso e de uma sagacidade política para a qual muitos homens mais velhos podem invejar seu jovem autor” (RIPPARD, 1946, p. 985).

Algumas críticas também foram tecidas ao livro de Mantoux. Charles Feinstein, um economista e historiador sul-africano, criticou o argumento da “Paz Cartaginesa” de Mantoux de que a Alemanha poderia pagar as reparações da guerra, como havia previsto do Tratado de Versalhes. Para Feinstein (1995), os pagamentos eram opressivos e danosos ao povo alemão. E ainda concluiu: “os pagamentos foram uma causa primordial de instabilidade e uma barreira para a cooperação econômica internacional” (FEINSTEIN, 1995, p. 32). Para Lepper (2012), o livro de Mantoux tem um defeito significativo, pois ele analisa os números de Keynes como se o próprio tivesse o poder de olhar para o futuro e antever o que aconteceria, uma vez que os eventos, em muitos casos, foram bem diferentes de suas previsões. Além disso, Mantoux negligencia que as previsões de Keynes se baseassem no pressuposto de que o Tratado seria implementado em todos os aspectos significativos, o que não aconteceu. Como “muitos dos seus termos não foram impostos, significa que ficamos com estatísticas que só têm significado em um determinado momento e dentro de um contexto histórico definido” (LEPPER, 2012, p. 411). Para Lepper (2012), uma maneira mais útil de Mantoux desafiar Keynes teria sido tentar descobrir os métodos e o raciocínio por trás das estatísticas de Keynes, ajudando a exibir como Keynes pode ter usado figuras para persuadir, levando-os a consolidar seus pontos de vista. Resumindo, podemos dizer apenas que Mantoux mostra claramente como Keynes superou o impacto da mudança territorial sobre o volume do comércio internacional em geral e sobre a atividade da economia alemã em particular, subestimando muito seriamente a capacidade da nova economia germânica de produzir uma renda nacional grande o suficiente para fornecer reparações, a capacidade do sistema fiscal alemão para aumentar a receita necessária para pagar reparações e a capacidade da economia alemã para produzir um excedente de exportação adequado.

Conclusão

Ao término da análise de ambas as obras, alguns pontos devem ser destacados para esta conclusão. Em primeiro lugar, existe uma diferença significativa no período de publicação dos dois livros (quase três décadas), portanto, quando Keynes elaborou sua obra, o autor baseou-se nos dados que tinha em mãos, que datavam de antes mesmo da década de

1920 elaborando, assim, uma previsão do que iria ocorrer nos próximos anos caso o Tratado fosse executado como ficou definido em 1919. Já Mantoux, em sua obra analisa dados empíricos que já estavam disponíveis devido a diferença temporal supramencionada entre as duas obras.

Entretanto, podemos concluir que a recuperação econômica e financeira alemã só foi possível justamente porque a nação germânica não honrou com os números estabelecidos em Versalhes. Caso a Alemanha tivesse honrado de fato com os mais de seis bilhões de libras que lhe foram incumbidos, dificilmente teria acontecido um cenário propício para que a recuperação viesse a ocorrer. Logo, este ponto acaba em certa medida corroborando com a análise keynesiana de que a Alemanha poderia, no máximo, pagar uma quantia de dois bilhões de libras, visto que em 1931 o país havia pagado uma quantia de 1,2 bilhão de libras, um valor próximo ao qual Keynes havia previsto como a real capacidade da nação germânica. Apontados esses fatores, não é insensato intuir que caso Keynes tivesse sido ouvido naquela oportunidade e suas ideias colocadas em prática, seria provável que a Segunda Guerra Mundial tivesse sido evitada, justamente porque em certa medida o sentimento de revanchismo por parte da Alemanha não seria tão latente como se demonstrou na mão do Partido Nazista mais tarde, a partir de 1933.

Não obstante, a análise a partir Mantoux corrobora com a ideia de que um livro escrito como o de Keynes foi, pode ter fornecido argumentos para grupos nacionalistas (o próprio Partido Nazista), justamente utilizando a obra keynesiana como prova de que o Tratado era lesivo para a Alemanha e não deveria ser seguido.

Assim, concluímos que ao analisar ambas as obras não se faz possível e nem mesmo é coerente enaltecer apenas um lado como sendo uma verdade absoluta, mas devem ser reconhecidos como frutíferos trabalhos de ambos os autores: por um lado, os esforços de Keynes ao demonstrar que o Tratado de Versalhes originalmente era duro e sobrecarregava a Alemanha e por outro lado, o de Mantoux, para demonstrar que a Alemanha conseguiu uma recuperação econômica forte e dentro desse cenário poderia arcar com as reparações incumbidas no acordo - guardadas as devidas proporções.

Referências Bibliográficas

ABREU, M. P. **Keynes e as Consequências Econômicas da Paz**. In: KEYNES, J. M. *As Consequências Econômicas da Paz*. Editora Universidade de Brasília. Brasília/DF, 2002.

ALBRECHT-CARRIÉ, R. *The Carthaginian Peace - or the Economic Consequences of Mr. Keynes*. **Political Science Quarterly**. Vol. 68, n. 2, p. 273. Jun/1953.

COUTO, J. M.; HACKL, G. Hjalmar Schach e a Economia Alemã (1920 – 1950). **Revista Economia e Sociedade**. Vol. 16, n. 3 (31), pp.311 – 341. Campinas/SP, dez/2007.

ENSOR, R. C. K. Introduction, pp. 5-7. In: MANTOUX, E. **The Carthaginian Peace - or The Economic Consequences of Mr. Keynes**. Oxford University Press, 1946.

FEIJÓ, R. L. C. Uma Interpretação do Primeiro Milagre Econômico Alemão. **Revista de Economia Política**. Vol. 29, n. 2 (114), pp. 245-266. São Paulo/SP, abril-jun/2009.

FEINSTEIN, C. H. **Banking, Currency, and Finance in Europe Between the Wars**. Oxford UP. 1995.

HAWTREY, R. G. The Carthaginian Peace - or The Economic Consequences of Mr. Keynes. **Economica**, New Series, Vol. 15, n. 59, pp. 234-238, Aug/1948.

KEYNES, J. M. **As Consequências Econômicas da Paz**. Editora Universidade de Brasília. Brasília/DF, 2002.

KIMBALL, R. Guilt trip: Versailles, avant-garde & kitsch. **The New Criterion**. Vol. 36, n. 6. Set/2014.

LEPPER, L. Rhetoric and Keynes' use of statistics in The Economic Consequences of the Peace. **Cambridge Journal of Economics**. Vol. 37, pp. 403-421, oct/2012.

MANTOUX, E. **The Carthaginian Peace - or The Economic Consequences of Mr. Keynes**. Oxford University Press, 1946.

MANTOUX, P (b). **Foreword**. pp. 8-13. In: MANTOUX, E. **The Carthaginian Peace - or The Economic Consequences of Mr. Keynes**. Oxford University Press, 1946.

PALYI, M. The Carthaginian Peace - or The Economic Consequences of Mr. Keynes. **The Review of Politics**. Vol. 9, n. 3, pp. 390-393. Jul/1947.

SANTOS, R. S. Keynes e a Proposta de Administração Política do Capitalismo. **Revista Brasileira de Administração Política**. Editora Hucitec. Vol. 1, n. 1, pp. 99-154. Bahia/BA, out/2008.

SARTÓRIO, S. G. P. **Memórias de um Economista: Scracht e a Alemanha dos anos 1920**. Dissertação de Mestrado. UFES. Vitória/ES. pp. 82-91. 2019.

VINER, J. The Carthaginian Peace - or the Economic Consequences of Mr. Keynes. **The Journal of Modern History**. Vol. 19, n. 1, p. 69. Mar/1947.

Artigo recebido em 01/05/2020

Aprovado em 09/03/2021

Como citar esse artigo:

FAVORATO, Diego Gonçalves; COLOMBO, Arthur Osvaldo. John Maynard Keynes e Étienne Mantoux: deduções divergentes sobre o Tratado de Versalhes. **Revista de Economia da UEG**. Vol. 16, N.º 2, jul/dez. 2020.